

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.349 - MG (2019/0289380-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - MG063440
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA E OUTRO(S) - MG109730
AGRAVADO : FRANCISCO JOSE GUIMARAES BARBOSA
ADVOGADO : GESSY DE ALMEIDA PEREIRA E OUTRO(S) - MG062556

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 263-271, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fls. 185-190, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PLANO DE SAÚDE - CONTRATO ANTERIOR À LEI 9.656/98 - MARCA -PASSO - NEGATIVA DE COBERTURA - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. Em se tratando de pactos não amparados pela Lei 9.656/98, deve-se examinar a aplicação das cláusulas do contrato de plano de saúde com base nos princípios consumerista (Lei 8.078/1990). É indiscutível a incidência das disposições do Código de Defesa do Consumidor nas relações contratuais entre usuário e operadora de planos de saúde. Constatada a abusividade da cláusula que ensejou a negativa do tratamento necessário à preservação da saúde do consumidor, impõe-se a condenação da operadora do plano de saúde à indenização, por danos materiais, referente à aquisição dos insumos necessários ao procedimento e, ainda, à reparação civil por danos morais. O *quantum* arbitrado, para a indenização por danos morais, deve obedecer aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Obedecidos tais princípios, impõe-se a manutenção do valor fixado.

Opostos embargos de declaração (fls. 193-204, e-STJ), esses foram acolhidos, sem efeitos infringentes (fls. 200-225, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 228-243, e-STJ), a recorrente aponta violação aos seguintes artigos:

(i) 54, § 4º, do CDC, na medida em que é clara a previsão contratual que exclui a cobertura de próteses;

(ii) 186, 187, 927, 884 e 944 do CC/2002, pois o simples inadimplemento contratual não enseja dano moral. Pontua-se, ademais, ser desarrazoado o montante

arbitrado a título de compensação;

Contrarrazões às fls. 251-259, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, com amparo nas Súmulas 5, 7 e 83 do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que os supracitados óbices não subsistiriam.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Da leitura do acórdão recorrido, nota-se que o Tribunal local reputou abusiva a negativa de cobertura com base em duas linhas argumentativas, as quais, sós por si, seriam aptas à manutenção do julgado. São elas: a) a cobertura de equipamento de marca-passo constitui elemento necessário à concretização do próprio contrato; b) disposição contida no art. 10, VII, da Lei 9656/98, aplicável ao caso, a qual veda a exclusão de próteses, órteses e acessórios utilizados em procedimento cirúrgico.

Nesse sentido, relevante a menção aos seguintes trechos do acórdão recorrido (fls. 188 e 221-222, e-STJ):

Em vista disso, muito embora o contrato de plano de saúde, celebrado entre o autor e a ré, contenha cláusula de exclusão de cobertura de marca-passo (f. 56, cláusula X, item 10.2, N). Por outro lado, mostra-se ilegal a negativa de cobertura do fornecimento pela ré do marca-passo implantado na cirurgia, eis que a sua utilização está inserido no contexto da própria cirurgia a que foi submetido o autor, sendo indispensável ao seu pleno restabelecimento. Trata-se, portanto, de fator de concretização do próprio contrato, que prevê a cobertura de procedimento cirúrgico.

Aduz, o embargante, que a negativa de cobertura se deu pautada em cláusula contratual que não prevê cobertura para o procedimento requerido. Na espécie, vale esclarecer e somar à fundamentação do acórdão recorrido que, com a entrada em vigor da Lei 9.656, de 03-06- 1998, não pode a seguradora de planos de saúde negar a cobertura do implante de marca-passo, indispensável ao ato cirúrgico, ao contrário do alegado pela embargante.

Neste sentido, é claro o art. 10, inciso VII, da referida legislação, ao estabelecer que não pode ser excluído da cobertura o fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios, excetuando-se, apenas, os casos em que não estejam ligados ao ato cirúrgico.

Por sua vez, em sede de recurso especial, alega a insurgente tão somente a existência de clara previsão contratual que veda a cobertura de próteses, sem infirmar, especificamente, aplicabilidade ao caso da previsão disposta no art. 10, VII, da Lei 9656/98.

Assim, dada a ausência de impugnação específica a fundamento que, só por si, revela-se apto a manter hígido o decisorio vergastado, torna-se inviável a admissão do recurso, nos termos da Súmula 283/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. DOENÇA CRÔNICA. CLÍNICA E MÉDICOS DESCREDECENCIADOS.

AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA. REEMBOLSO INTEGRAL DEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A ausência de impugnação específica aos fundamentos do acórdão guerreado enseja a aplicação, por analogia, do óbice da Súmula 283/STF.

(...)

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1567318/PE, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 24/08/2018)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONFISSÃO DE DÍVIDA. NOVAÇÃO. MERA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DO ÂNIMO DE NOVAR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A ARGUMENTO ESPECÍFICO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 283 DO STF. REFORMA DO JULGADO. NECESSIDADE DO REEXAME DE PROVA E DO CONTRATO. SÚMULAS NºS 5 E 7, AMBAS DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

(...)

2. A ausência de impugnação objetiva e específica a fundamento suficiente do acórdão recorrido atrai a aplicação da Súmula nº 283 do STF.

(...)

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1618039/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018)

2. De igual modo, não deve ser acolhida a pretensão tocante à insubsistência da compensação por danos morais arbitrada no caso.

Sobre o tema, restou assentado pela Corte *a quo*, à luz do acervo probatório que acompanha os autos, que a negativa de cobertura constituiu ato ilícito, o qual gerou situação de risco, ansiedade e desamparo (fl. 726, e-STJ):

Com relação à indenização, por danos morais, supor-se que, no caso dos autos, merece acolhimento a pretensão da parte autora, já que, em se tratando de seguro ou plano de saúde, a contratação é feita com base no princípio da boa fé, ou seja, a parte contratante segurada espera que tenha

pronto atendimento, juntamente com os seus beneficiários, exatamente no momento que está mais fragilizada devido ao seu estado de saúde.

Entendo que a requerida, Unimed-BH, mostrou-se negligente ao cumprimento do contrato e aos deveres anexos da boa -fé, lealdade e solidariedade contratuais, criando situação de risco, ansiedade e desamparo para o autor. Logo, houve violação à honra e à integridade moral do autor, mormente pela quebra da expectativa gerada pelo contrato de prestação de serviços médicos e hospitalares.

Nesse cenário, tem-se que o provimento do pleito recursal de insubsistência de dano moral demandaria que a premissa acima fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessário revolver matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE FORNECIMENTO DE PRÓTESE NECESSÁRIA A PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. DANO MORAL. EXISTÊNCIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INOVAÇÃO RECURSAL EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem, analisando o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que o descumprimento contratual, no caso dos autos, ultrapassou um mero dissabor, pois, quando da negativa do fornecimento da prótese, a cirurgia já estava agendada, a autora já estava internada e já havia passado por todos os procedimentos preparatórios (conforme documentos que instruem a inicial), somente se realizando o ato cirúrgico porque foi feito o pagamento do material, situação que gerou dano moral indenizável.

2. A alteração das premissas fáticas delineadas pelo acórdão recorrido demandaria a reanálise do contexto fático-probatório dos autos, providência, todavia, incabível em sede de recurso especial, a atrair a incidência da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 910.115/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 07/02/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544, DO CPC/1973) - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO APELO - INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

(...)

2. Nos termos em que delineado no acórdão recorrido, a hipótese em tela não traduziu mero dissabor pelo inadimplemento contratual, tendo em vista que a recusa frustrou a legítima expectativa do autor de receber a prestação adequada para sua convalescença, causando-lhe profundo sofrimento, que extrapola o mero

aborrecimento cotidiano, considerando a fragilidade emocional e física resultantes de enfermidade tão gravosa.

3. Acórdão impugnado em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior. Súmula 83 do STJ.

4. Nos termos da jurisprudência consolidada no STJ, a revisão de indenização por danos morais só é possível em sede de recurso especial, quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

4.1. No caso dos autos, houve a condenação da agravante no pagamento de indenização no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em razão da recusa injustificada de tratamento prescrito pelo médico para o tratamento de câncer.

4.2. O quantum fixado a título de danos morais, atende aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, encontrando-se dentro dos parâmetros reconhecidos pelo STJ para situação semelhante. Incidência da Súmula 7 desta Corte.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 775.115/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 14/12/2016) [grifou-se]

Logo, inviável a admissão do recurso no que toca à presente questão.

3. Por fim, refuta-se a alegada desproporcionalidade da indenização por danos morais arbitrada.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, em regra, em regra, é vedada a discussão de tal matéria em sede de recurso especial, haja vista a disposição estabelecida na Súmula 7/STJ.

Contudo, em situações excepcionais, em que a compensação é fixada em valores irrisórios ou exorbitantes, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, autoriza-se o afastamento de tal óbice, para a correção do valor estipulado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. TERMO FINAL DA MORA. DANOS MORAIS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

4. A revisão da indenização por dano moral apenas é possível quando o *quantum* arbitrado nas instâncias originárias se revelar manifestamente irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, torna-se incabível examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência do enunciado da Súmula 7/STJ.

(...)

6. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 977.648/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSAS EM COLETIVO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. VALOR. RAZOABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2. O valor fixado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de indenização por dano moral, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, seguindo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não se enquadra nas hipóteses permissivas de revisão da referida indenização. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 809.951/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 07/03/2016)

Na hipótese em análise, todavia, entende-se que o estabelecimento de compensação por danos extrapatrimoniais no valor de R\$ 20.000,00 não é desproporcional.

Conforme se depreende do trecho do acórdão recorrido, a negativa de cobertura recaiu sobre pessoa idosa, acometida por doença grave, que colocava em risco sua vida.

Tem-se, portanto, que o montante pelas instâncias ordinárias é adequado à tutela do interesse jurídico lesado, bem como às circunstâncias do caso.

Nesses termos, não configurada a aludida desproporcionalidade da compensação fixada a título de dano moral, revela-se impossível o conhecimento do presente recurso especial. Tal pretensão demandaria, necessariamente, o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, por força da Súmula 7/STJ.

4. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator